



Bolsas
Na sexta-feira

1,04%

São Paulo

1,48%

Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias

106.760

107.202

14/12

15/12

16/12

17/12

Salário mínimo

R\$ 1.100

Dólar
Últimas cotações (em R\$)

Na sexta-feira

R\$ 5,685

(+0,1%)

13/dezembro

5,674

14/dezembro

5,694

15/dezembro

5,708

16/dezembro

5,679

Euro
Comercial, venda na sexta-feira

R\$ 6,396

Capital de giro
Na sexta-feira

6,76%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

9,16%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Julho/2021

0,96

Agosto/2021

0,87

Setembro/2021

1,16

Outubro/2021

1,25

Novembro/2021

0,95

TRIBUTAÇÃO

Trabalhador paga cada vez mais imposto

Receita do Imposto de Renda na fonte cobrado sobre rendimentos do trabalho cresce acima da inflação, mesmo com o desemprego nas alturas Para especialistas, defasagem da tabela, que não é atualizada desde 2015, provoca arrocho

» ROSANA HESSEL

Mesmo com o desemprego elevado e com a inflação em dois dígitos corroendo o poder de compra da população, o governo não deixa aumentar o peso dos tributos sobre os ombros dos trabalhadores. Aqueles que recebem a mordida do Leão diretamente na fonte pagam cada vez mais imposto. Para se ter uma ideia, a receita do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os rendimentos do trabalho — que são descontados mensalmente do contracheque dos empregados com carteira assinada — somou R\$ 119,6 bilhões de janeiro a outubro. O montante é 13,56% superior, em termos nominais, ao volume arrecadado no mesmo período de 2020, de R\$ 105,3 bilhões — dado bastante próximo dos R\$ 104,6 bilhões recolhidos nos 10 meses de 2019. Pelos cálculos da Receita, em termos reais (descontada a inflação), o aumento da arrecadação desse tributo foi de 5,44% no mesmo período.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação oficial de janeiro a outubro deste ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 8,24%. No acumulado em 12 meses até novembro, o IPCA saltou 10,74%. Por conta do dragão inflacionário que pressiona os preços dos produtos consumidos pelos brasileiros, a arrecadação total do governo neste ano com impostos disparou.

De janeiro a outubro, o governo arrecadou R\$ 1,527 trilhão com tributos, com alta de 29% em relação ao mesmo período de 2020, em termos nominais. O ministro da Economia, Paulo Guedes, não para de comemorar que, neste ano, “o governo deverá arrecadar quase R\$ 2 trilhões em impostos”, um recorde histórico.

Procurada, a Receita Federal informa, por meio de nota, que o crescimento do imposto retido na fonte dos trabalhadores “está perfeitamente em linha com os aumentos verificados no trabalho assalariado e no Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e que ainda que não significativos em termos absolutos”. O órgão reforça que o aumento das receitas “reflete o acréscimo real na arrecadação dos itens Rendimentos do Trabalho Assalariado (+5,24%), Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público” (+2,06 %) e na Participação nos Lucros ou Resultados — PLR (+15,18%)” e destaca que o emprego formal vem crescendo neste ano, o que tem ajudado, também, o aumento da arrecadação.

“O desemprego não está aumentando. Houve a criação de 3 milhões de novos empregos formais, de acordo com o Caged. Portanto, a arrecadação segue em linha com a criação de empregos”, destaca o Fisco, citando os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Previdência, que revisou recentemente a série.

Na avaliação de especialistas



A principal razão desse aumento da arrecadação dos rendimentos do trabalho é o congelamento da tabela em um ano em que a inflação ficou muito alta e passou de 10%”

Ilan Gorin, diretor da Gorin Advocacia

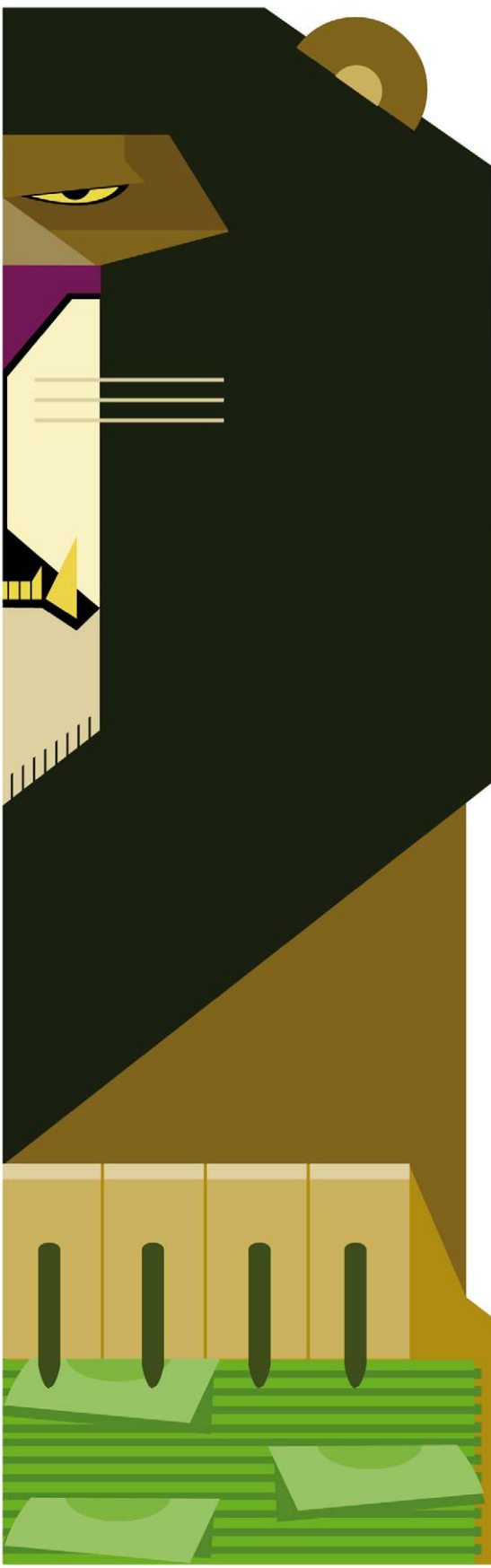
ouvidos pelo **Correio**, o principal motivo do aumento da arrecadação do IR retido na fonte dos trabalhadores brasileiros é a falta de correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). Mas, como o governo não conseguiu aprovar a proposta de reforma do IR enviada ao Congresso, a tabela continuará sem correção pelo sétimo ano consecutivo. O último ajuste ocorreu no governo Dilma Rousseff (PT), em 2015.

Pelos cálculos da Unafisco Nacional, por conta desse congelamento, a defasagem histórica da tabela do IRPF chega a 134,72%, considerando o imposto que os brasileiros pagarão na fonte em 2022, que constarão da declaração de 2023. Com isso, R\$ 149,3 bilhões é a diferença a mais na arrecadação anual do governo por conta dessa defasagem. Ou seja, os trabalhadores pagam a mais, em imposto, recursos suficientes para custear mais do que quatro Bolsas Famílias anti-impostos, programa que era estimado em torno de R\$ 35 bilhões para o Orçamento de 2022.

Congelamento

“A principal razão desse aumento da arrecadação dos rendimentos do trabalho é o congelamento da tabela em um ano em que a inflação ficou muito alta e passou de 10%. Outro motivo é que, no ano passado, por conta da pandemia, houve redução de salários e de jornada dos trabalhadores em várias empresas, e isso pode ter ajudado a reduzir o volume do imposto retido na fonte”, afirma o especialista em direito tributário Ilan Gorin, diretor da Gorin Advocacia.

Na campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) prometeu corrigir a tabela do IR, mas encerrará o mandato sem cumprir a promessa. Na proposta de reforma enviada do Executivo, o limite de isenção da tabela passaria de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil, menos da metade do que Bolsonaro prometeu quando pedia voto aos trabalhadores: conceder isenção para quem ganhasse até cinco salários mínimos (R\$ 5.500 atualmente).



Mordida doída

Apesar do desemprego elevado e a queda na renda dos trabalhadores, arrecadação do Leão sobre o trabalhador continua crescendo, e acima da inflação

Imposto de Renda Retido na Fonte

Rendimentos do Trabalho
(Em valores correntes — R\$ bilhões)

Mês	2020	2021
Jan	14,653	14,936
Fev	9,946	10,511
Mar	11,140	12,229
Abr	11,851	13,015
Mai	9,873	12,119
Jun	9,205	11,075
Jul	8,956	11,375
Ago	9,020	11,090
Set	9,642	11,593
Out	11,050	11,090
Total	105,336	119,628
Variação nominal: 13,56%		

Arrecadação total

(Valores correntes — em R\$ bilhões)

Mês	2020	2021
Jan	174,991	180,221
Fev	116,430	127,747
Mar	109,718	137,932
Abr	101,154	156,822
Mai	77,415	142,106
Jun	86,258	137,169
Jul	115,990	171,270
Ago	124,505	146,463
Set	119,825	149,102
Out	153,938	178,742
Total	1.180,224	1.527,573
Variação nominal do total: 29,43%		

Desemprego

Evolução da Taxa de ocupação no trimestre móvel de julho, agosto e setembro (após remodelação do IBGE)

Ano	Em %
2012	7,1
2013	7,0
2014	6,9
2015	9,0
2015	11,9
2017	12,5
2018	12,0
2019	11,9
2020	14,9
2021	12,6

Rendimento médio real

Evolução no trimestre móvel de julho, agosto e setembro

Ano	Em R\$
2012	2.462
2013	2.551
2014	2.582
2015	2.534
2016	2.487
2017	2.526
2018	2.562
2019	2.569
2020	2.766
2021	2.459

Número
134,72%
Defasagem da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física desde 1996 devido à não correção pela inflação dos valores, segundo a Unafisco Nacional

Fontes: Receita Federal, IBGE e Unafisco Nacional.

Proposta para aliviar o contribuinte

anterioridade tributária”.

A mudança, pelos cálculos da Unafisco Nacional, permitirá que 18,9 milhões de contribuintes fiquem isentos — mais do que o dobro dos 9,1 milhões atualmente fora das garras do Leão. De acordo com o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva, desde 1996, a tabela do IR deixou de ser corrigida integralmente pela inflação, o que gerou uma defasagem de 134,72%, até agora.

“Muitos parlamentares não pagam Imposto de Renda e recebem lucros e dividendos, porque boa parte deles são empresários, e quem paga mais imposto retido na fonte é a classe média. E, cada vez que não se corrige a tabela, o consumo dessa categoria encolherá quase R\$ 4 bilhões por mês, enquanto a proposta do senador Ângelo Coronel não for aprovada”, alerta Mauro Silva.

A vice-presidente do Instituto

Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), Letícia Amaral, reforça as críticas à falta de correção da tabela do IR. “Há um distúrbio muito grande no IRPF retido na fonte porque o governo não atualiza a tabela. O trabalhador perde o poder de compra e o governo recolhe mais, e esse é um problema crônico”, afirma.

Carga elevada

De acordo com a especialista, a falta de correção da tabela pela inflação reduz a capacidade contributiva da população, o que pode comprometer a arrecadação do governo no futuro, uma vez que a carga tributária já é muito elevada. “O governo não consegue avançar em uma proposta de reforma tributária porque não chega a um consenso que ficará bom para todos. Há muitos interesses antagônicos”, destaca a

vice-presidente do IBPT.

Letícia Amaral lembra que a reforma do IR não avançou justamente porque inclui a tributação de dividendos, recebidos pela parcela mais rica da população. “Essa reforma não vai avançar em 2022, porque ninguém vai querer mudar o sistema tributário em um ano eleitoral. Por um lado, não é ruim, porque uma proposta de reforma tributária precisa ser amplamente debatida”, afirma.

Segundo ela, todas as propostas atuais, as do Executivo, a PEC 45/19, da Câmara, e a PEC 110, do Senado, aumentam a carga tributária e não são amplas. “A PEC 110 é a menos pior, mas foca em uma parte pequena do consumo. A PEC 45 tem um período de transição muito longo, de 50 anos, que é impraticável. Há outros tributos que também precisam ser revistos”, frisa. (RH)